

ENTREVISTA COM A PROFESSORA HILDETE PEREIRA DE MELO HERMES DE ARAÚJO



Profª Hildete Pereira de Melo

Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Shirley Silveira Andrade
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Anna Carolina Cunha Pinto
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dieric Guimarães Cavalcante
Universidade Federal Fluminense (UFF)

ENTREVISTA COM A PROFESSORA HILDETE PEREIRA DE MELO HERMES DE ARAÚJO

-

Entrevista realizada por videochamada em 15 de julho de 2022.

Nesta edição, a Confluências: Revista Interdisciplinar em Sociologia e Direito apresenta entrevista inédita com a Professora Doutora Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo, realizada por videochamada em 15 de julho de 2022. A entrevistada é professora da Universidade Federal Fluminense desde 1973 e integra o Departamento de Economia, atuando junto ao seu Programa de Pós-Graduação. Considerada uma importante referência da economia feminista no Brasil, a professora se dedica, dentre outras áreas de estudo, à pesquisa sobre divisão sexual do trabalho, história econômica brasileira e economia de cuidados. Além de sua grande contribuição como pesquisadora e professora, Hildete Pereira de Melo também se destaca por sua militância política, destacadamente no movimento feminista, tendo atuado como gestora pública da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República nos períodos de 2009/2010 e de 2012/2014.

As perguntas foram elaboradas e direcionadas à Hildete por Shirley Andrade, professora da Universidade Federal de Sergipe e pós doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF); por Anna Cunha Carolina Pinto, doutoranda e mestra em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD/UFF; e por Dieric Guimarães Cavalcante, mestrando em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD/UFF.

**

Anna Carolina: Como surgiu o interesse pelos estudos de economia feminista? E de que forma se deu a aproximação específica com os estudos de gênero e economia?

Hildete: Eu sou economista e trabalho na Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 1º de março de 1973, dia em que foi assinada minha carteira de trabalho. Naquela época todos os professores eram celetistas. Estou na universidade até hoje. Então, eu já tenho uma longa estrada de universidade. Na época em que eu ingressei na universidade, a questão do feminismo ainda não tinha explodido no Brasil. Tão pouco, no mundo. Esse movimento apareceu na segunda metade do século XX. Quando eu estava na França, com meu marido, em 1968, ambos fazendo doutorado, eu participei de muitas marchas em maio desse ano. Havia muitas mulheres acompanhando essas marchas, mas elas não tinham voz, não pegavam no microfone. Você pode achar essa constatação estranha porque o livro da Simone de Beauvoir, considerado a Bíblia da minha geração, é de 1949, e o livro da Betty Friedan é de 1963, e o movimento feminista já tinha explodido nessa época. Mas ele tinha explodido apenas como obra literária, ele ainda não tinha se consolidado como um movimento, em sentido concreto. Eu me lembro muito bem da visita da Simone de Beauvoir ao Brasil e essa lembrança advém do meu gosto pela política. Eu comecei a fazer parte do movimento estudantil quando Jânio Quadros renunciou e os militares ousaram a dizer que o Jango (João Goulart) não iria tomar posse. Ousaram não, eles realmente complicaram o quadro. Foi preciso negociar um parlamentar para o vice-presidente da República poder assumir o mandato. Nesse momento, em agosto de 1961, a política entrou na minha vida, pelo movimento estudantil. Mas eu ainda não discutia sobre o feminismo. Eu lia os jornais de partidos políticos clandestinos, tipo **Novos Rumos**, que era do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e tinha uma mulher que escrevia que se chamava Zuleica Lamber. Eu olhava aquilo, eu fazia o curso científico, e achava maravilhoso. Eu lia os jornais todos os dias – Diário da Borborema, Correio da Paraíba – e só tinham homens escrevendo. Então, eu achava maravilhoso que um jornal clandestino tinha uma mulher. O feminismo entra como consequência dessas observações e sobretudo depois da perseguição que houve na UFF. O Departamento de Economia, do qual eu fazia parte, sofreu uma imensa perseguição política em março de 1976, metade

dos professores foi demitida, mas essa é uma outra história. No entanto, essa história é importante porque eu fui uma das perseguidas, uma das que estava com o Exército nas costas. O curso de economia da UFF entre 1968-1976, período em que houve essa questão, tinha passado por uma grande renovação, no bojo das revoltas estudantis, das lutas dos estudantes em 1968, para o aumento das vagas. No vestibular passou o dobro de estudantes que a universidade oferecia como vagas. Então ocorreu, no Brasil inteiro, a luta pela ampliação das matrículas. Pense que nós estamos nos anos de 1968 e 1969, que é o momento em que nós temos as revoltas estudantis, a luta pela entrada na universidade e também a reforma universitária, implementada em 1969, por Jarbas Passarinho. Todo esse período foi de muito atrito. Mas eu estava na França. Eu volto para o Brasil depois, sem o doutorado, mas com um bebê nos braços. Meu marido volta com o doutorado, eu não. Voltei para Paraíba. Quando eu cheguei na Paraíba, fazer política em Campina Grande em 1962, 1963, 1964 não era fácil. Eu era conhecida. Claro, porque não tinha mulher na política. A única que tinha era a filha do maior advogado da Paraíba, ela era advogada dos camponeses. Eu me metia com ela e mamãe tinha ódio porque eu gostava de ir com ela para a liga camponesa de Sapé. Mas eu ainda era estudante do ensino médio. Veio o golpe, houve as confusões, as prisões e eu trabalhava no saneamento de Campina Grande, aos 18 anos. Eu trabalhava com um grupo e eu só descobri muito tempo depois que eles eram uns homens muito importantes na política do Estado. O prefeito de Campina Grande hoje é bisneto do diretor do saneamento de Campina Grande, em 1968. Isso é só para dar uma ideia para vocês que eu trabalhava junto das pessoas que estavam no poder. Tinha um jogo de poder, e a Shirley sabe disso, que a gente conseguia conviver. Eles não se metiam na minha militância estudantil e eu fazia meu serviço muito bem. Então, não havia queixas em relação a mim. Eu acho que eles achavam que eu era meio doida. Sim, só se fazia política, não podia namorar. Namorar era tabu. Você precisava ser completamente íntegra. Esse era um contraponto pesado porque você não podia ter nenhum namorado. Deveria ser ilibada, assim você poderia fazer política. Eu vivi isso. E essa era uma forma de se livrar de qualquer maledicência da cidade. Eu era tida como uma revolucionária. Eu me casei antes de me formar, antes de concluir o curso de

Economia e me casei com um professor da Engenharia, que tinha ido para o Nordeste porque fazia parte de uma elite mais esclarecida que queria transformar o Nordeste, trazer tecnologia nova. Meu marido foi do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), do curso de Engenharia Eletrônica. O diretor da faculdade, que também era o diretor do saneamento, e, portanto, um homem que eu também tinha relações profissionais, foi eleito o diretor da Escola de Engenharia de Campina Grande, que é, até hoje, uma das faculdades de Engenharia mais importantes do Nordeste. Campina Grande é um polo de tecnologia e foi meu marido e o grupo do ITA dele, que estalou esse polo de computação lá em Campina Grande. Essa é a minha história. A história de como eu cheguei aqui. Eu cheguei ao Rio de Janeiro sem conhecer ninguém. Vim para acompanhar meu marido que foi trabalhar na COPPE/UFRJ, na Escola de Engenharia. Eu vim para o Rio de Janeiro com dois filhos já. Por sua vez, quando cheguei à Campina Grande, os militares mandaram um recado para mim dizendo que podia ficar em Campina Grande, desde que não me metesse com política, e o que foi que aconteceu? Eu fiquei grávida de novo e não planejei. Mulher grávida pelo menos é, é uma coisa mais sagrada, entendeu? Não planejei, não. Aconteceu. Hoje, atribuo o fato de me proibirem de trabalhar na cidade a todas essas circunstâncias. Ademais, me casei só no civil, eu já era ateia. Meus pais ficaram uma “arara”, mas se conformaram. Essa sou eu.

Anna Carolina: Uma dúvida, professora, você não concluiu o doutorado na França em razão da sua gestação?

Hildete: Quando estava no final do doutorado, uma colega, outra brasileira, teve um problema e ficou internada durante um período de mais de um mês, e eu fiquei com o bebê dela. Eu também estava grávida. Hoje, olhando isso tudo, percebo que atrapalhou o término do doutorado. Aí voltei sem o doutorado, e o meu marido com o dele. Quer dizer, era esperado. Ninguém esperava nada das mulheres além de ter filhos saudáveis, cuidar deles e do marido. Mas era uma pessoa profundamente interessada em política. Inclusive, digo sempre isso para o meu filho mais velho, que nasceu na França: Você nasceu no dia da última barricada de Toulouse. Enquanto acontecia a última barricada, uma confusão danada, estava eu – na maternidade –, parindo. Após essa fase, cheguei ao

Rio. Eu não conhecia ninguém. Conhecia só o pessoal que trabalhava com informática, que eram os amigos do meu marido. Eu tentei me inscrever no concurso da IBM: era apta, era economista, tinha um curso de pós-graduação, fiz um curso de 360 horas de desenvolvimento econômico na universidade Toulouse, na França. Esse era um curso de em um ano, e eu voltei com o diploma. Cheguei aqui sem conhecer ninguém. E, a IBM não aceitou a minha inscrição. Esse fato é interessante. A IBM não aceitou a minha inscrição porque era casada com dois filhos! E aí um colega do meu marido de turma veio na minha casa, disse: “Hildete, a IBM não te aceitou”. Disse-lhe: “vou entrar na Justiça porque tenho direito a inscrição, não pode ter discriminação de sexo! Eu vou entrar!” O amigo do meu marido, disse: “Não adianta. Você será reprovada”. Aí eu pensei, pensei: “Vou me desgastar. Vou ter que pagar a ação”. Aí deixei rolar. Isso foi entre 1970 e 1971. Hoje as empresas fazem várias campanhas de igualdade de gênero, mas no passado eu fui vetada por isso. Não dá para passar em branco, entendeu? Aí resolvi fazer o mestrado de informática na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Todo mundo era colega do meu marido, então me inscrevi e passei. Tinham duas mulheres além de mim em uma turma de vinte e poucos rapazes, todos jovens, sendo uma cadeirante e a outra que trabalhava na Finep. As mulheres logo se juntaram. Ambas eram economistas, como eu. A cadeirante era muito boa, dominava a informática e morava em frente à PUC. Era amiga de outros economistas que tinham se formado na PUC e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse momento, entrei no circuito dos economistas. Até então, só tinham engenheiros no meu círculo social. A jogada de entrar na PUC foi a coisa mais genial do mundo. Eu tinha um currículo razoável. Então eu acho que não foi só porque era ‘mulher de beltrano’. Era porque meu currículo não era tão desprezível. A Ana Pimentel, uma das amigas, já é falecida. Todas as minhas homenagens à ela. E a outra ficou viúva. Depois, nunca mais encontrei. A Ana Pimentel me apresentou às professoras da PUC e da Economia da PUC, que trabalhavam no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e eram formadas pela Universidade de São Paulo (USP). A UFF, nesta época, estava em efervescência em 1971 e 1972. O Lessa ainda era o patrono do curso. Tinha sido coordenador. O Lessa implementou uma reforma, uma modernização no curso da

ENTREVISTA COM A PROFESSORA HILDETE PEREIRA DE MELO HERMES DE ARAÚJO DE ARAÚJO, H.P.M.H. et al

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

V.24, N.2, maio/agosto. 2022 | páginas 20- 37

UFF, uma modernização enorme. O professor Lessa era uma eminência do curso. Isso em 1970, 1971 e 1972. Durante essa época criei uma relação também com Jane Sotto, que foi uma técnica extremamente importante do IBGE. Levou-me para lá, e foi a primeira pessoa que me apresentou à professora Maria da Conceição Tavares e trouxe-me um livro novo da Conceição que tinha acabado de sair. Aí me empolguei. Ainda tinha uma outra mulher que dava aula na PUC, chamada Liana Aureliano, que é da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ela participou do governo do Miguel Arraes. Quando soube que eu ia conhecer a Liane Aureliano, pensei: “ela falava na rádio, escutava lá em Campina Grande”. Uma maravilha, uma mulher que fala na rádio! Ela participava do programa [do governo Arraes. Por que trago essas coisas? Porque foi uma mistura política que aconteceu no Nordeste antes do golpe. O governo de Arraes foi um governo de esperança. Meu pai, à época, me proibiu de ir para a posse do Arraes. Tudo isso para dizer que, primeiramente, a política entrou na minha vida; o desejo de mudar a sociedade. O feminismo foi uma consequência, dessa paixão pela política e de mudar a vida da gente, entendeu?

Shirley: Pesquisa do IBGE, em 2018, demonstrou que tem havido um envelhecimento das trabalhadoras domésticas no Brasil. Temos vistos cada vez mais filhas de trabalhadoras doméstica em outras atividades, inclusive, com diplomas universitários. Por exemplo, eu sou da primeira geração da minha família a ir para a universidade. A senhora acha que essa tendência se confirma? Realmente teremos um envelhecimento, uma remodelação do trabalho doméstico? O que a senhora acha sobre esse aspecto?

Hildete: Você tocou num ponto importante. As pesquisas econômicas e sociais avançaram. Sinto-me muito à vontade de falar desse assunto, porque sou economista e preocupada com essas questões. Quando o IBGE, no ano de 2000, publicou pela primeira vez dados sobre o trabalho que as mulheres fazem por amor, cuidando das pessoas, isso acendeu para mim todas as luzes sobre a questão. Comecei a trabalhar muito com mercado de trabalho, trabalho com isto desde a década de 1990. Sempre trabalhei na universidade andando por duas pernas. Primeiro que na Economia não se podia publicar nada sobre a

mulher, tanto que minha dissertação de mestrado é sobre desenvolvimento e história econômica – minha paixão por história é enorme. Quando comecei a mexer com mercado de trabalho, a primeira pesquisa que fiz na minha vida em 1983 foi sobre empregadas domésticas. Pesquisei com a associação profissional dos trabalhadores domésticos do Rio de Janeiro, na época não era sindicato. E devo isso à Mary Castro, porque aqui já tem o feminismo acontecendo. A questão do mercado de trabalho e a entrada vem com a explosão do feminismo na minha vida. Quando fui perseguida e demitida da UFF, voltei só quando houve a Anistia. Voltei fazendo outro concurso, aliás, fiz três concursos para a UFF até que a Comissão de Anistia em 1993 resolveu tudo, juntou tudo. Porque a perseguição da Economia da UFF é um dado conhecido por todos. Eu já escrevi sobre isso, um livro sobre a memória da escola e agora estou fazendo um artigo sobre o Lessa, o mentor dessa confusão e meu orientador de doutorado após o falecimento da Maria Bárbara Levi, minha então orientadora. Quando abre a brecha, eu comecei a trabalhar uma pesquisa que era também econômica, mas que não era o grosso do trabalho. Fiz uma pesquisa grande com as trabalhadoras domésticas entre 1981 e 1982. Era uma pesquisa norte americana chamada *Muchacha no more!*. Você conhece Shirley?

Shirley: Sim, tenho a versão em espanhol.

Hildete: Tem um artigo meu e um artigo que fiz com as trabalhadoras. Elas assinam e consta embaixo a minha cooperação. Eu que fiz, entrevistei, passei com a Odete, a Dona Zica. As minhas raízes políticas de trabalhar com as oprimidas e oprimidos se potencializa porque quando eu comecei a trabalhar com os dados do IBGE percebi que a profissão de empregada doméstica é a primeira ocupação das mulheres brasileiras. Eu trabalhei com todos os Censos, já no de 1892 já é possível ver isso, mas vou contar a partir do Censo de 1920 pois a partir dele, todos os Censos até o de 2010 a maior ocupação das mulheres brasileiras é trabalhadora doméstica. Então como eu sou economista, essa profissão explode na minha cara pois é a ocupação com a pior remuneração da história! Eu escrevi já muitos textos sobre isso e ainda tem o *Muchacha no more!* que tem a versão em espanhol e acabou de fazer quarenta anos, houve até uma comemoração latino-americana, pois como escrevi um artigo e havia um outro com a assinatura da Dona Odete,

que faleceu, e a Dona Zica que está viva e com seus 90 anos. Então uma pessoa que estuda mercado de trabalho não pode ignorar as trabalhadoras domésticas porque o Brasil tem uma população de empregadas domésticas enorme, são quase 9% das trabalhadoras domésticas do mundo. Na realidade, se tem rico e tem pobre tem trabalhadora doméstica, essa é uma realidade da divisão de riquezas.

Shirley: Professora Hildete, esse ponto que eu queria saber: tem um novo perfil da trabalhadora doméstica? E se a senhora puder engatar em outra questão importante, é que nós vemos que a preocupação com o trabalho doméstico é antiga no movimento feminista. A senhora escreve sobre este trabalho não ter um mesmo impacto para todas as mulheres, seja ele remunerado ou não remunerado. A gente tem uma teoria famosa hoje em dia, vinda dos Estados Unidos, a teoria da interseccionalidade, mas tem uma outra teoria importante, teoria da reprodução social que vem avançando no Brasil fortemente...

Hildete: A reprodução social é a visão marxista, mas ela não é de agora não. Isso já é antigo, muda o nome, amplia o nome, mas ela já aparecia. Até porque há toda uma discussão, muito grande, a teoria marxista não se ocupa da questão do trabalho não remunerado, Marx está trabalhando com outros vieses, mas não diz porque as mulheres fazem isso de graça, por amor. Embora eu conheça e até já tenha debatido com a Silvia Federeci aqui no Rio, em 2012, e inclusive eu tentei criar um salário para a dona de casa, eu ajudei a deputada Lucy Choinacki a fazer o projeto e nós até publicamos um dossiê pela **Revista Gênero**, da UFF, sobre essa questão de porquê remunerar as donas de casa. Só que a associação das donas de casa brasileira era composta por mulheres brancas e ricas e meu santo não cruzava muito com as demandas delas, era um campo minado, não evoluía, porque no fundo elas queriam aposentadoria. Tudo bem, eu acho, inclusive, que tem que ter aposentadoria para a dona de casa dependendo da renda e era isso que a gente propôs à Lucy, deputada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), uma mulher camponesa.

Shirley: Mas, professora Hildete, eu queria falar mais sobre o resgate e uma reconstrução, em curso, da teoria da reprodução social que, de fato, não é nova. O que a senhora acha da teoria da interseccionalidade? Como a senhora mesmo está dizendo, o

trabalho doméstico não é igual para todo mundo, existem variáveis: se é mulher, se é negra, se é branca. A gente cada vez mais trabalhado com pautas específicas, a teoria da reprodução social seria uma tentativa de juntar essas variáveis na totalidade. O que a senhora acha?

Hildete: Eu acho que sempre se tentou juntar raça com classe. O problema é que o trabalho doméstico tem uma característica de subalternidade muito grande pois ele é marcado pela questão feminina, são mulheres. No trabalho doméstico remunerado não tem só pretas, tem 64% pretas, o resto se declara branca. Esses 64% é misturando pretas com pardas e a categoria parda no Brasil é muito ampla, então isso é uma questão. Eu acho que copiar os americanos não dá certo, porque a questão de raça nos Estados Unidos é diferente do Brasil. O Brasil é uma mixórdia. Sobre essa questão, eu trabalho com interseccionalidade, mas sempre que bota homem e mulher bota raça, porque aí você sabe exatamente onde é que está. Como o emprego doméstico é um emprego desqualificado e ele é desqualificado porque é coisa de mulher. Então, tanto faz ser branca ou preta. Por exemplo, eu trabalho com esses dados de doméstica desde 1985. Tem textos publicados na **Revista de Estudos Feministas**, de 1998, que tem um estudo de 1985 a 1998 com as trabalhadoras domésticas. Acho que é um dos primeiros artigos articulados com as estatísticas que vocês vão ver. Você cruza isso, você percebe que tem isso também no Censo de 1920 e o de 1940, que a gente já trabalhou e já tem artigo, eu e a Lucilene Morandi. Tem artigo cruzado apresentando o problema da escolaridade, cruzando essa questão, porque cuidar, todo mundo acha que a gente nasceu sabendo cuidar: limpar bumbum de neném, botar comida no fogo e tal. Os homens é que são outro olhar, embora quando eu pego o censo de 1920 e o de 1940, nós tínhamos muito mais homens no serviço doméstico remunerado do que a gente tem hoje. A partir de cinquenta, os homens foram sumindo. É tanto que nesses últimos quarenta anos, eles são tipo 6% dos trabalhadores. Ficou uma coisa profundamente feminina, porque os homens têm emprego em outro lugar. E depois porque trabalhador doméstico remunerada é motorista, jardineiro. Os homens não fazem no serviço doméstico remunerado a mesma coisa que as mulheres. Eles fazem coisas diferentes. Agora misturou com cuidador; agora ficou assalariada

doméstica e os trabalhadores dos cuidados, que estão misturados. A turma que faz só cuidados não quer essa mistura, mas o Jair Bolsonaro vetou a criação de mais uma ocupação para cuidador.

Anna Carolina: Se a gente pudesse identificar quem são as protagonistas - eu acredito que sejam as mulheres pelo que a senhora está falando, mas não sei se essa pergunta deve ser realizada no feminino - da economia do cuidado, a gente poderia fazer uma racialização?

Hildete: Não tenho nenhuma dúvida: são as mulheres. Os homens são - eu vou ser benevolente com eles - eles são coadjuvantes.

Anna: Perfeito. E a gente pode racializar esse debate?

Hildete: Você pode racializar o debate se você trabalhar com trabalhadora doméstica. Porque as mulheres brancas que são os ricos são mais brancas que os outros, mas no caso brasileiro a gente não tem os dados do Imposto de Renda e por cor. Isso a gente já briga há um tempão. O Pedro [Herculano Guimarães Ferreira de Souza] conseguiu os dados no trabalho que ganhou o prêmio da ANPOCS de 2017. Ele fez um trabalho com Imposto de Renda, mas não botou sexo nem raça. Eu não me lembro se no Imposto de Renda tem declaração de cor. A única maneira de pegar a renda das pessoas é pelo Imposto de Renda, que no caso brasileiro só um terço da população que declara, porque o Brasil é um escarrado país da pobreza. Então os negros são os pobres do Brasil. Isso eu não tenho dúvida. Eu já fiz muito trabalho sobre isso. Eu tenho um artigo que está publicado num livro do Ministério das Relações Exteriores, da Fundação Alexandre Gusmão, da qual a gente acaba o artigo - eu e o Alberto Di Sabbato - dizendo o seguinte: o rosto de uma mulher pobre no Brasil é o rosto de uma mulher negra. Se você quiser pintar a pobreza no Brasil você tem que pintar em cima do povo negro. A escolaridade deles sempre foi relegada, porque o Estado brasileiro sempre relegou a educação; a educação nunca foi preocupação do Estado brasileiro, nem no Império, nem na República. Nós só conseguimos botar 90% das crianças na escola, no governo, sejamos justos, do Fernando Henrique Cardoso e o Lula completou. Vai para 98% hoje. Mas a escola no Brasil nunca foi prioridade dos governantes, nem dessa elite predatória que a gente tem.

Essa é para mim uma chaga complicadíssima. No caso nosso, das domésticas, por exemplo, creche. Uma das brigas enormes que a gente tem, a gente tem que ter creche em tempo integral para todas as crianças, porque senão as mulheres com crianças têm dificuldade de ir ao mundo do trabalho e ficam pegando bico daqui e de lá. Eu não posso ter uma creche que é quatro horas e meia por dia. Ninguém trabalha quatro horas e meia. Quando eu faço como a Shirley está sugerindo, o corte por renda, eu vejo que as mulheres brancas, que têm rendas mais altas, elas têm 56% das crianças delas em creches pagas. Isso é uma calamidade.

Anna Carolina: Dieric, você podia fazer a pergunta mais conceitual sobre economia de cuidados...

Hildete: Outra coisa, economia de cuidado é uma novidade para nós. Eu resisti tudo o que eu pude. Porque eu achava que *care* é uma questão inglesa e que elas só estavam preocupadas com a velhice. E o *care* tomou um vulto e eu fui rendida. Porque tem hora que você não consegue brigar com a literatura todinha e ficar batendo pau aqui. Então vamos aceitar e botar o nosso jeito na história.

Dieric: Eu queria, nessas discussões que nós estamos tendo aqui, perguntar à senhora como nós poderíamos definir a economia dos cuidados e de que forma essa categoria analítica auxilia na reflexão sobre a desigualdade de gênero na divisão do trabalho doméstico.

Hildete: É só um nome: cuidados. Na realidade, a gente já fazia a mesma coisa quando a gente trabalhava com a divisão sexual do trabalho, nos artigos da [Danièle] Kergoat e [Helena] Hirata que são mais amplos e que chegaram aqui ainda da década de 1990. Porque a palavra gênero também não é uma palavra que a gente usava. Ela chegou também em 1993. Quer dizer, a gente vai ao mundo saxônico, vai armando os conceitos e a gente é rendido, acaba indo atrás de dizer. Então “cuidado” é a divisão sexual do trabalho. Eu acho que agora tudo virou “cuidado”. Eu não sou Sancho Pança de brigar contra Moinhos de Vento. Então adaptamos, a gente adapta o conceito às questões nossas. Por exemplo, a gente fez uma pesquisa grande no ano passado sobre essa questão dos cuidados, quem é da UFF deve ter recebido o questionário de percepção e de mercado de

trabalho. E nós fizemos algumas recomendações e uma proposta de política nacional de cuidados que envolve tudo. Envolve desde as estatísticas, a política, a política macroeconômica. A Fundação Friedrich Ebert fez o panfleto só das recomendações e da proposta da gente de políticas públicas que eu posso mandar para vocês e vocês podem analisar e difundir. Porque é uma proposta que nós estamos oferecendo ao governo que vai chegar. Desde que a gente consiga elegê-lo em outubro. Pode ser uma proposta sujeita a chuvas e trovoadas. Porque vocês podem ter ideias melhores e a gente vai complementando. Agora a divisão sexual do trabalho e, como você olha essa questão, você tem que ampliar da creche, o cuidado dos idosos como algo do mundo do trabalho. Porque o mundo do trabalho está profundamente abalado com a pandemia. A pandemia desorganizou tudo. Do ponto de vista das mulheres, sobretudo. Porque você tem o trabalho remoto. O trabalho remoto não é tranquilo para as mulheres, pois exige que você tenha locais específicos para fazer isso. Aqui eu moro sozinha, em um apartamento no Rio de Janeiro. Então eu posso fazer o que eu quero, mas se você botar mais gente aqui, você tem que fechar a porta, não sei o que tal e, ainda assim, o ruído ainda aparece, entendeu? Então tem muitas questões. Porque o mundo do trabalho, eu acho que ele passa por uma transformação que nós não temos condições ainda de projetar o que vem pelo futuro. Agora eu te juro que eu acho que vão ter condições. Nada pode piorar mais do que já piorou. E a humanidade ou se adapta ao que tá vindo ou ela vai... ela some. É assim que acontece quando você olha a vida no planeta. Eu não sou pessimista. Eu acho que a gente vai para frente, vocês que são os jovens, a Anna Carolina, você, Dieric, a Shirley que também é mais nova, todo esse mundo, todas as coisas têm futuro. Eu não sei se eu verei o futuro com tanta alegria, mas a gente tem que viver. Cada dia é um dia e não adianta. Hoje, nesse momento usam-se, os cuidados, junto com a divisão sexual do trabalho, com as adaptações da teoria marxista para responder a demandas que a sociedade está colocando. E as mulheres nunca estiveram tão ativas.

Dieric: Professora, a senhora em breve vai publicar um livro sobre a Economia do Cuidado em coautoria com a professora Lucilene Morandi. A senhora poderia nos

contar como se deu a construção da obra e, precisamente, quais serão as contribuições do livro para se pensar criticamente o tema no Brasil?

Hildete: É um livro pequeno ainda. Tem 100 páginas, mais ou menos. Ele foi feito em cima da pesquisa que a gente trabalhou. Somos eu, Lucilene e a Lorena Morais, da Universidade Federal de Rural de Pernambuco, da unidade acadêmica de Serra Talhada. A gente fez uma ponte entre Nordeste, o Sul e a Fundação para trabalhar. O livro trata... Analisa o mercado de trabalho a partir dos tempos pandêmicos. Porque os tempos pandêmicos, os tempos da pandemia da COVID, tiveram uma repercussão muito grande e foi no mundo inteiro, né? Parece que é como se fosse um cataclisma que ocorreu. Porque teve um fechamento, um isolamento até que as vacinas apareceram. Tudo isso provocou mortes e provocou, sobretudo um impacto profundo no mundo. A produção com o isolamento ficou só com os serviços essenciais. Então a pandemia mostrou que as mulheres estavam no centro das respostas à COVID. Porque as mulheres, ou elas estavam no recuo do isolamento, tomando conta das suas famílias e das pessoas de que elas gostam ou elas estavam atuando na Saúde. Porque as mulheres também são 70% do mundo da Saúde. Então no mundo do trabalho estavam as mulheres da Saúde e em casa estavam as mulheres tomando conta das crianças, dos doentes, de todos. Então ficou evidenciado, mas isso não levou as mulheres a ter nenhuma projeção maior. Quer dizer, você reconhece a questão e continua tudo como dantes no país de Abrantes. As empregadas domésticas tiveram um problema enorme, porque as empregadas domésticas são um trabalho que não podia ser resolvido remotamente. Depende de um contato pessoal. Então foi o setor do mundo do trabalho que mais perdeu postos, já recuperou quase totalmente tais postos, mas não totalmente ainda. E o que foi mais sentido no mundo do trabalho é que os rendimentos, os salários despencaram para todos! Aumentou profundamente a informalidade, nunca a informalidade foi tão numerosa. Você nunca sabe se o capital está falando a verdade ou não, né? E como o Estado brasileiro se omitiu de políticas públicas efetivas nós vivemos a pandemia no pior dos mundos. Não podia haver um governo mais

difícil para assumir uma crise sanitária do tamanho que nós estamos vivendo. E ela não sumiu!

Anna Carolina: Professora, já estamos próximos do término do horário acordado para o encerramento da entrevista e eu quero perguntar algo que eu gostaria muito de saber o que a senhora pensa a respeito. Em 2021, a Argentina reconheceu o cuidado materno como trabalho passando a incorporar na contagem do tempo de serviço, para fins de exemplificação, ao menos um ano de aporte para cada filho ou filha, dentre outros critérios firmados para conceder distintos aportes. Esta medida se destina a mulheres mães com 60 anos ou mais, desempregadas ou com baixa renda e que ainda não tenham completado 30 anos de serviço para fins de aposentadoria. Apesar da relevância deste reconhecimento ele ainda se dá de forma limitada. Como a senhora percebe este passo dado pela Argentina? Temos a expectativa de algo similar no Brasil?

Hildete: Não sei, aí depende do governo que nós vamos eleger. Nós aplaudimos muito porque essa resolução do governo [Alberto] Fernandez, no ano passado, era um pouco aquela discussão que eu estava colocando para vocês com a deputada Lucy Choinacki, no primeiro governo do Lula, que era reconhecer a maternidade e porque as mulheres entram e saí do mercado muito, então as mulheres não têm tempo de serviço contado na Previdência. A gente defendeu com afinco a questão de não aumentar o tempo, de manter a diferença da previdência social, pois temos que reconhecer que a maternidade é uma tensão na vida das mulheres. Nós fizemos uma confusão que vocês não podem imaginar com a questão da Previdência. Não só agora, mas toda vez que eles querem mexer porque eu não sei explicar para vocês por qual razão temos uma diferença na previdência. Isso foram os militares que outorgaram para nós na Constituinte de 1967 e foi outorgado em um gabinete fechado. Ainda não consegui colocar a mão nas atas da Comissão que fez a Reforma Constitucional que o Castello Branco acabou brigando com o Congresso e decretou em janeiro de 1967, a Constituinte dos Militares. Foi aí que apareceu a diferença pois até então não havia diferença entre mulheres e homens para tempo de aposentadoria da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943. Agora a gente tem que brigar porque só há igualdade se os homens trabalharem com os cuidados

com a família como nós. Por isso que a legislação argentina para nós foi uma coisa luminosa, que a gente possa replicar nos outros países latino-americanos. A gente tem que reconhecer que as mulheres do passado tiveram muitos problemas porque essa descontinuidade da carteira assinada no trabalho das mulheres é uma recorrente para as mulheres, sobretudo para mulheres com baixa escolaridade. Mesmo com a escolaridade alta também tem um recuo muito grande. Nós temos praticamente metade das mulheres em idade para trabalhar que são atualmente donas de casa. Digo metade porque temos 42%, 43% que estão no mundo do trabalho e são, também, donas de casa. Mesmo você sendo uma mulher muito rica você tem que administrar a casa e isso também é trabalho.

Shirley: Qual é o impacto da economia do(s) cuidado(s) no PIB brasileiro? Tem como medir isso? E qual(is) as consequências da não incorporação da economia do(s) cuidado(s) na composição do PIB brasileiro? Qual a importância da economia do(s) cuidado(s) no desenvolvimento econômico e social brasileiro?

Hildete: A gente trabalhou com outros métodos também, são pesquisas que você deve fazer de uso do tempo. O Brasil nunca fez, que dizer, fizemos um piloto na Secretaria de Política para as Mulheres junto com o IBGE em 2009 que deu origem à PNAD Contínua, mas ela é muito restrita porque as perguntas são poucas. Precisamos fazer uma pesquisa nacional de uso do tempo, ela pode ser uma pesquisa decenal.

Shirley: Então a gente não sabe?

Hildete: A gente sabe o seguinte, claro que de forma precária, como só tenho os dados para as mulheres que são ocupadas, a gente fez um modelo matemático para valorar esse trabalho. As mulheres desocupadas eu estimo que todo mundo trabalha, em média, aquelas horas, aí a gente estimou o valor. Sabe qual é a ocupação que espelha mais essa questão? Nós utilizamos o rendimento médio das empregadas domésticas que é o rendimento mais baixo da economia e ainda dá aquele montante. O PIB aumentaria 11%, 12% por baixo se a gente mensurasse isso porque o salário das domésticas é o pior da economia. Os outros países usam pesquisas mais refinadas do uso do tempo, por exemplo, no México aumenta 23%, mas ninguém pode incluir esse dado no PIB pois o PIB depende de uma conta da ONU. Os economistas que estão lá no topo, não admitem que você inclu

um trabalho não remunerado no PIB, então o PIB contempla só os trabalhos que são pagos. Se você morar em um apartamento seu, eles imputam um aluguel para você, mas não permite que a gente impute um valor para o trabalho que permite a vida. É essa a questão: isso é uma negociação política internacional. Desde 1920 as mulheres brigam por isso. No ano passado a gente publicou um artigo na **Revista Economia e Sociedade**, da UNICAMP, que trata da metodologia das contas nacionais. Eu recomendo a leitura. Aliás, eu preciso louvar que na UNICAMP há a primeira revista do Brasil a publicar o artigo da gente de 2007 sobre essa remuneração. Os economistas se arrepiam com isso. A gente botou o rendimento das domésticas, porque se colocarmos o rendimento médio das mulheres fica falseado. Eu acabei de orientar um trabalho de conclusão de curso que é um primor pois ela trabalha muito bem com econometria e com dados. Ela ousou fazer uma mensuração para isso usando o rendimento médio das mulheres e das trabalhadoras domésticas, mostrando as diferenças entre estes dois rendimentos, inclusive, separando pelos Estados. As mulheres da Paraíba são as mulheres que mais trabalham no Brasil, já os homens do Centro Oeste são os que menos trabalham no Brasil. Esse trabalho será publicado e está concorrendo em diversos prêmios porque o trabalho dela é muito original. É um prazer enorme ler e ter orientado o trabalho da Isabela Duarte Kelly. Isso é uma metodologia que a gente tem feito para chamar atenção das trabalhadoras domésticas. Por que esse trabalho que é tão importante para a vida tem a pior remuneração da história do Brasil? E não é só no Brasil não. O trabalho doméstico é mal pago em todos os lugares mesmo quando o salário-mínimo é mais alto, o rendimento das domésticas é proporcionalmente mais alto.

ENTREVISTADA:

Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo

Possui graduação em Faculdade de Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (1966), Curso de Especialização em Desenvolvimento Econômico pela Université de Toulouse (França), Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993). Desde 1972 é professora da Universidade Federal Fluminense. Diretora Financeira do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (2004-2007); Gestora Pública da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

ENTREVISTA COM A PROFESSORA HILDETE PEREIRA DE MELO HERMES DE ARAÚJO DE ARAÚJO, H.P.M.H. et al

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

V.24, N.2, maio/agosto. 2022 | páginas 20- 37

em 2009/2010 e depois de 2012/2014. Dirigente das Associações Acadêmicas: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) em várias gestões. Tem experiência na pesquisa econômica nas áreas de História Econômica Brasileira, História das Mulheres e nos temas relacionadas áreas a economia feminista, mercado de trabalho, políticas públicas e desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. Foi Editora da Revista Gênero/UFF de 2004 a 12/2016. Atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Núcleo de Pesquisas em Gênero e Economia da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: hildete43@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9701-7890>

ENTREVISTADORES:

Shirley Silveira Andrade

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (1998), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2003) e doutorado em Educação pela Universidade de Brasília (2015). Pós-doutora pelo programa de pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense cujo estudo se direcionou na relação entre Trabalho Escravo contemporâneo, gênero e raça. O foco foi o estudo das condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas durante a pandemia. Professora, extensionista e pesquisadora no Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: direitoshumanospe@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4237-3377>

Anna Carolina Cunha Pinto

Doutoranda e mestra em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/ UFF). Atua como pesquisadora do Grupo de Pesquisa Democracia, Cidadania e Estado de Direito (DeCiEd) da Universidade Federal Fluminense. Atua também como coordenadora editorial da Confluências: Revista Interdisciplinar em Sociologia e Direito, vinculada ao PPGSD/UFF. Graduiu-se em Direito pela Universidade Candido Mendes, instituição na qual compôs o corpo docente do curso de Pós Graduação em Criminologia, Direito e Processo Penal.

E-mail: annacarolinapinto@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7842-9905>

Dieric Guimarães Cavalcante

Mestrando em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). É pesquisador do Grupo de Pesquisa "Territórios, Poder e Desigualdades Sociais" na linha Desigualdades, Pobreza e Políticas Sociais da UFBA e do Núcleo de Estudos Sobre Direito do Trabalho e da Seguridade Social (NEDTS). Editor assistente da Confluências: Revista Interdisciplinar em Sociologia e Direito, vinculada ao PPGSD/UFF.

E-mail: diericguimaraes@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9913-8928>

ENTREVISTA COM A PROFESSORA HILDETE PEREIRA DE MELO HERMES DE ARAÚJO DE ARAÚJO, H.P.M.H. et al

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

V.24, N.2, maio/agosto. 2022 | páginas 20- 37